

Perspectiva Histórica da Pobreza Multidimensional: Paradoxo estrutural de uma sociedade hipercomplexa

Victória Amélia Salvino de Oliveira Mafra¹
Odacyr Roberth Moura da Silva²
Carlos Alberto Dias³

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a produção literária a respeito do fenômeno da pobreza e sua conceituação, contemplando as múltiplas dimensões aplicadas ao tema, além de discorrer sobre como este fenômeno tem sido tratado atualmente, tanto no Brasil quanto no estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de caráter descritivo. A superação da visão da pobreza enquanto apenas insuficiência monetária e a adoção de um caráter multidimensional na sua discussão aumenta a complexidade das estratégias de aplicação de políticas públicas, já que leva em conta outros aspectos, como os fatores sociais, culturais e subjetivos.

Palavras-chave: Pobreza, desigualdade, renda, desenvolvimento, qualidade de vida.

Sessão temática

1. História econômica e demografia histórica

¹Analista Executiva de Defesa Social. Psicóloga pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

²Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Bolsista do CNPQ. Psicólogo pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

³Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Graduado em Psicologia e Filosofia. Pós-graduado em Psicologia e em Administração e Gerência. Mestre e Doutor em Psicologia Clínica.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vêm sendo desenvolvidos inúmeros estudos acerca do fenômeno da pobreza. Este passou, ao longo dos anos, a ser analisado por diversas perspectivas chegando atualmente a incorporar uma conceituação que transcende o ponto de vista econômico. A pobreza vista como um conceito relativo que refere-se à um conjunto de condições e não simplesmente à condição financeira, tem sido aceita pelos maiores estudiosos do assunto (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Indicadores de dinâmica da renda como crescimento econômico e redução da desigualdade, podem sugerir o potencial de produção de um país, mas não são capazes de explicar o bem-estar de sua população de modo mais abrangente. A má utilização do capital é capaz de afetar o bem-estar do país e da nação como um todo. A questão da pobreza não se encerra na ausência ou na posse da renda, mas se estende à presença ou à falta de diversos outros itens ligados ao desenvolvimento humano (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

A privação influencia a vida de quem a sofre em vários aspectos, expondo o indivíduo e tornando-o extremamente vulnerável a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Educação, saúde, cultura e lazer são alguns dos fatores essenciais a uma alta qualidade de vida. Qualidade essa inacessível para uma parcela significativa da população (RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 2000, 2001).

Os contextos físico, social e cultural afetam as habilidades dos indivíduos em transformar bens ou recursos em realizações; para que determinado indivíduo se encaixe ou não dentro dos padrões que indicam pobreza, é viável que se analise a forma como esse indivíduo vive de fato, considerando não somente sua condição financeira (OTTONELLI; MARIN; PORSSE; GLASENAPP, 2011).

Neste contexto, o presente artigo propõe-se a discutir a produção literária a respeito do fenômeno da pobreza e sua conceituação, contemplando as múltiplas dimensões aplicadas ao tema e como tem sido tratado atualmente, tanto no Brasil quanto no estado de Minas Gerais. O trabalho reflete ainda sobre a subjetividade do indivíduo que se encontra em situação de pobreza e levanta possíveis alternativas para a reversão do quadro. Para tanto recorreu-se a uma revisão de literatura, onde buscou-se de forma crítica, discorrer sobre a problemática em questão.

A EMERGÊNCIA DA POBREZA COMO UM PROBLEMA SOCIAL E SUA LIGAÇÃO COM A DINÂMICA DAS RELAÇÕES HUMANAS

A sociedade, como é vista atualmente, configurou-se através de um processo de inúmeras mutações que ocorreram principalmente a nível das relações sociais. Tanto a construção do mundo objetivo do homem quanto a construção da sua subjetividade só é possível quando este interage com outros homens e com a realidade à sua volta. Toda essa interação é influenciada pelo momento histórico no qual o indivíduo está inserido (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

Através das relações que o homem estabelece com o mundo que o rodeia e da formação de sua identidade e consciência, ele cria um pensamento individual que lhe permitirá perceber suas necessidades. Entretanto essas necessidades, até mesmo as mais básicas, não poderão ser supridas por todos os indivíduos. Esse processo pode ser o início de uma série de desigualdades e uma provável origem das principais causas da pobreza (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

Embora nem sempre tenha sido tratada como um problema social, a pobreza na história da humanidade é um fenômeno secular. Suas representações e abordagens passaram por inúmeras transformações. Para que sua atual conceituação seja compreendida de forma mais ampla, é pertinente considerar os papéis que vem assumindo, na sociedade, desde o passado (WILLIAMS, 2007).

Considerando-se que a Idade Média foi um período marcado por uma forte influência religiosa, existem evidências de que a pobreza era vista como algo natural. Acreditava-se que os pobres existiam porque Deus os havia criado dessa maneira. O pobre era estereotipado como um indivíduo magro, chagado, coxo, cheio de feridas (WILLIAMS, 2007).

Contudo, segundo Castel (2003), com o início da Idade Moderna, a visão da pobreza e do pobre muda radicalmente. A ajuda destinada aos pobres já não era motivada somente por influência religiosa ou por um código moral. Passaram a representar tentativas de combate a acontecimentos sociais e econômicos desfavoráveis, tais como crises de subsistência; subemprego ligado a uma vigorosa expansão demográfica; redução e recomposição das populações devido a pestes; reestruturações agrárias e o crescimento desenfreado das cidades.

Esse crescimento urbano desordenado deu origem a um grande fluxo de pessoas e novas construções, conseqüentemente, houve uma drástica expansão nos sistemas de esgoto e inúmeras áreas deixaram de ter um saneamento organizado. Todos esses fatores contribuíram para aumentar o índice de indivíduos vivendo de maneira precária (GIDDENS, 1991).

Há indícios de que a modernidade apresenta um lado obscuro, pois apesar do aparente progresso da sociedade, a pobreza persiste. Inclusive, julga-se que as próprias transformações

e evoluções sociais estejam acentuando a pobreza quando deveriam suprimi-la (ESTENSSORO, 2003).

No decorrer do século XX, três concepções foram desenvolvidas acerca do assunto, foram elas: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. O enfoque de sobrevivência, o mais restritivo, predominou até a década de 50. Segundo ele, pobre seria o indivíduo que tivesse acesso a uma renda insuficiente, essa não possibilitaria nem a manutenção de seu rendimento físico propondo, então, uma abordagem unidimensional que focava somente nos aspectos monetários apresentados por cada família (CRESPO & GUROVITZ, 2002).

Entretanto, a partir de 1970, a pobreza passou a ser vista como a privação do básico. O indivíduo que não tivesse acesso a serviços como o de água potável, saneamento, saúde, educação e cultura, estaria incluído na linha de pobreza. Essa visão apontava certas exigências na satisfação de necessidades básicas. A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais rigoroso, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, deixar de ser pobre significava obter um regime alimentar adequado, certo nível de conforto e o desenvolvimento de papéis e de comportamentos que se enquadrassem dentro dos padrões aceitos pela sociedade (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

De acordo com Wlodarski e Cunha (2005), muitos estudiosos acreditam que o modelo econômico capitalista, pode estar evidenciando as desigualdades e a pobreza. O sistema moderno de organização social se resume na busca pelo capital e no progresso a todo custo. Entretanto a economia que, aparentemente cresce, não proporciona melhoria na vida de toda a população.

A existência de diversas conotações sobre a definição da pobreza tem sido, ao longo dos anos, traduzida em tentativas de sintetizar o que ela é realmente e quais são os aspectos que devem ser priorizados quanto ao nível de bem-estar dos indivíduos. Atualmente, considera-se que a pobreza não é determinada somente por uma renda considerada insuficiente e sim por uma série de condições desfavoráveis à qualidade de vida humana (DINIZ; DINIZ, 2009).

O FENÔMENO DA POBREZA E SUA ATUAL VISÃO MULTIDIMENSIONAL

O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997) definiu a pobreza como a negação de oportunidades e escolhas que

são básicas para o desenvolvimento humano e para se viver uma vida digna, constituindo-se em uma medida multidimensional preocupada com a qualidade de vida das pessoas (OTTONELLI *et al.*, 2011).

Ser pobre abrange múltiplos aspectos, estes não se relacionam apenas com fatores quantitativos. Longevidade, acesso à alfabetização, conhecimento, liberdade, dignidade, autorrespeito, comunicação, saúde, entre outros, são capacitações que devem estar presentes para que um indivíduo se desenvolva adequadamente (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1997) (OTTONELLI *et al.*, 2011).

Segundo Sen (2000), as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. A pobreza abrange, na realidade, milhares de indivíduos que não vivem com qualidade.

A questão é como definir ou avaliar o que constitui a qualidade de vida. Atualmente, existe a crença de que os padrões de vida não devem ser medidos somente pela posse de um conjunto de bens, mas também pela capacidade dos indivíduos em utilizar esses bens para obter a plena satisfação (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Kageyama e Hoffmann (2006) acreditam que os indicadores de desenvolvimento de um país deixam a desejar porque, enquanto asseguram o crescimento econômico, não estão medindo como a população vive, de fato. É provável que essa dissonância tenha duas causas: Em primeiro lugar, um país que tenha acúmulo de riquezas pode não estar distribuindo igualmente a renda entre a população, o que não proporciona a prosperidade de seus membros. Em segundo lugar, as capacidades de que as pessoas dispõem dependem de outros fatores que vão além do poder de comprar bens no mercado. Entre esses fatores, as provisões públicas em termos de saúde, educação, saneamento, etc., são extremamente importantes.

É essencial ressaltar que tanto a noção de pobreza como inadequação de capacidade, quanto a noção de pobreza como baixo nível de renda, são relevantes e estão vinculadas. A renda é um meio fundamental na obtenção de capacidade. E, quanto mais capacidades, maior o potencial produtivo de uma pessoa, o que aumenta a probabilidade da elevação de sua renda (CRESPO & GUROVITZ, 2002). Entretanto, quando os aspectos monetários são os únicos critérios utilizados para determinar o nível de pobreza de um município ou de uma região, outras privações existentes podem manter-se escondidas. Esse fato pode excluir ou mal avaliar pessoas necessitadas de auxílio (OTTONELLI *et al.*, 2011).

Destarte, a pobreza, quando considerada um fenômeno multidimensional, abrange vários aspectos. Suas causas também variam segundo a idade, gênero, cultura e outros contextos sociais e econômicos. O bem-estar pode ser relacionado a cinco dimensões: bem-

estar material, bem-estar físico, segurança protetora, liberdade de escolha e de ação e boas relações sociais (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Assim sendo, pode-se presumir que a tentativa de promover um desenvolvimento efetivo, deve começar visando não somente a melhoria na vida financeira das pessoas. O bem-estar pode significar liberdade de escolha, de ação e o poder para controlar a própria vida. Poder esquivar-se da exploração, da agressão e de qualquer tipo de tratamento humilhante, também são fatores englobados em uma alta qualidade de vida (RIBEIRO; ZOBOLI, 2007).

A PARADOXAL ECONOMIA BRASILEIRA

A história do Brasil evidencia que desde a colonização o país é explorado economicamente. Seus colonizadores tinham por objetivo a retirada de todos os recursos minerais e vegetais disponíveis no território que havia sido encontrado. Há indícios de que nunca houve planejamento voltado à melhoria das condições de vida da população que se encontrava em solo brasileiro (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

O modelo de desenvolvimento vigente na época proporcionava o acúmulo de bens e consequente enriquecimento dos que estavam governando. A desigualdade passou a assolar o país provocando a pobreza e um estilo de vida precário, o que veio a se agravar com a industrialização (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

É provável que a estrutura de desigualdade brasileira, que vem sendo edificada ao longo dos anos, esteja possibilitando o crescimento dos níveis de pobreza que assolam a sociedade. Pode-se perceber que há um índice muito grande de indivíduos que se encontram à margem da sociedade por diversos motivos: condições socioeconômicas, gênero, raça, etc. Existe uma grande desigualdade nas oportunidades de inclusão (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

No início da década de 90, a pobreza foi estudada sistematicamente assim como formas de combate a esse problema socioeconômico. Embora tenham sido registrados dados de melhorias na distribuição de renda e das condições de vida dos pobres, a pobreza permanece como um dos principais problemas que o país tem que enfrentar (TEIXEIRA; RODRIGUES; TEOFILO, 2008).

Há indícios de que o Brasil, embora seja um país rico, distribui seus recursos de forma desigual ou os utiliza inadequadamente, o que faz com que seu índice de desigualdade seja um dos maiores do mundo (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

Entretanto, segundo Sen (1983), o fato de algumas pessoas terem um padrão de vida mais baixo que outras ou estarem marginalizadas, certamente é uma prova de desigualdade, mas não pode, por si só, ser uma prova de pobreza, a menos que saibamos mais a respeito da qualidade de vida que essas pessoas possuem verdadeiramente.

A ideia central é que a pobreza tem uma dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Sen (2000) afirma que países com alto PIB *per capita* podem ter baixa qualidade de vida, com grande massa populacional submetida, por exemplo, à mortalidade prematura. Esse é o caso de países como o Brasil, que possui elevado PIB *per capita* correspondente a US\$8.300 (dados de 2006) e baixo índice de desenvolvimento da população.

Quando analisada segundo uma perspectiva unidimensional, a pobreza no Brasil parece estar diminuindo e, conseqüentemente, estaria havendo um aumento nas condições de vida da população em termos de desenvolvimento econômico. Entretanto, estudos baseados em uma visão multidimensional apontam para uma série de necessidades humanas que, possivelmente, não vêm sendo supridas. A negligência dessas necessidades seria um empecilho para a aplicação de políticas públicas eficazes na construção do bem estar social (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

A POSIÇÃO QUE O ESTADO DE MINAS GERAIS OCUPA DENTRO DOS INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DE POBREZA

A pobreza é um fenômeno que cria fatores de risco, impede os indivíduos de exercerem suas liberdades e, portanto, pode reduzir a expectativa e a qualidade de vida. Nesse sentido, as pessoas em situação de pobreza possuem, em geral, baixa escolaridade, moradia inapropriada, acesso precário a água tratada ou saneamento básico o que resulta em doenças, fome e até mesmo em morte (TEIXEIRA; RODRIGUES; TEOFILO, 2008).

Considerando-se apenas o fator renda, estima-se que em 2000, cerca de 30% da população do estado de Minas Gerais encontrava-se vivendo em condição de pobreza (RESENDE, 2008). Em setembro de 2004, foi realizada uma pesquisa que abordou uma perspectiva multidimensional, o que conferiu novos índices à pobreza no estado. Para tanto,

utilizaram-se diversas informações do Censo Demográfico 2000, considerando a presença ou a escassez de alguns atributos básicos de bem estar familiar. A análise foi realizada através de fatores como Renda, Escolaridade, Atividade/ocupação, Infra-estrutura dos domicílios submetidos à avaliação, entre outros(LOPES; MACEDO; MACHADO, 2004).

Os resultados obtidos no cálculo do Indicador de Pobreza Multidimensional para o Brasil e Minas Gerais na pesquisa realizada, mostram que a Escolaridade é o atributo de maior escassez relativa dentre os quatro analisados. Pode-se dizer que, aproximadamente 60% dos indivíduos não possuem nível de escolaridade compatível com a idade, ao passo que apenas 3% dos domicílios particulares permanentes e urbanos presenciam escassez de infraestrutura. Um quarto dos indivíduos de MG e do Brasil está em situação precária quanto à condição de atividade e de ocupação. No caso do Brasil, metade dos domicílios sofre de insuficiência de renda enquanto em Minas Gerais este percentual é de 63%. Além disso, o estado de MG conta, em média, com uma taxa de mortalidade infantil de 31 mortes por mil crianças nascidas vivas (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2004).

A comparação dos indicadores multidimensionais entre MG e Brasil mostra que o Brasil como um todo é ligeiramente mais pobre que MG. Este fato sugere a necessidade de cautela na interpretação de resultados obtidos com indicadores monetários (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2004).

É pautável ainda salientar que a remoção das formas de privações de liberdade, seja ligada à pobreza unidimensional, seja ligada à pobreza multidimensional é fundamental quando se trata de desenvolvimento social (TEIXEIRA; RODRIGUES; TEOPHILO, 2008).

A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO INDIVÍDUO A PARTIR DA CONDIÇÃO DE POBREZA

Segundo Bodei (1995), os seres humanos visando o alcance de seus objetivos e a maximização de seus interesses, podem comportar-se, não raramente, de maneira egoísta, ou seja, focando muitas vezes no próprio bem estar em detrimento do bem estar do outro. Esta afirmação nos leva a crer que a afetividade – ou a falta dela - pode ser um dos principais elementos da organização social. As normas, valores e práticas da sociedade atual não permitem grandes possibilidades de inclusão para a população em estado de vulnerabilidade. É extensa a probabilidade de que este ambiente, repleto de ausências, mantenha influência direta sobre a maneira como esses indivíduos edificarão sua realidade interna.

O ser humano reage de diversas formas aos estímulos sociais, sendo que os seus pensamentos, sentimentos e ações mantêm forte relação com o ambiente no qual ele está inserido. Embora as discussões sobre pobreza tragam à tona, em um primeiro momento, a idéia de alimentação inadequada, condições impróprias de moradia, de saúde e a falta de acesso a fatores como educação e lazer, o homem tem ainda a necessidade de liberdade, felicidade e criação. As diversas privações que a situação de pobreza sugere, influenciam diretamente na relação do ser humano consigo mesmo e em suas experiências sociais (SAWAIA, 2009).

Uma pesquisa realizada por Sawaia (2009) com moradores de rua, demonstra a veracidade desse postulado, ao constatar que eles sofrem por falta de dignidade e liberdade. O sofrimento não consiste apenas em não ter o que vestir ou com o que se alimentar, a ausência do poder de escolha e de reconhecimento gera tanta desestabilidade quanto a carência em outros aspectos como educação, moradia e cultura, pois é fruto da falta de liberdade.

Espinosa (2009) deixa claro que insistir na própria existência vai além de conservar-se vivo. É expansão do corpo e da mente na busca da liberdade e da felicidade, que são necessidades tão fundamentais à existência humana como o são os alimentos, os abrigos e a reprodução biológica. Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de realização pessoal.

Juntamente com o estado de pobreza, os serviços temporários, em atividades lícitas ou não, podem tornar-se recorrentes. Em alguns casos, é necessário que haja, ainda, a assistência do governo e até mesmo a caridade de terceiros. A impossibilidade de garantir a própria sobrevivência ou o sustento familiar pode impedir que haja o sentimento de pertencimento de classe e a conseqüente sensação de impotência e falta de perspectiva para qualquer reação (GRAZIA, 2007).

A condição do ser humano como agente livre e ativo emerge como uma possível base do desenvolvimento. Essa liberdade pode, ainda, fortalecer a vontade em outros indivíduos de agirem como seres independentes, capazes de ocasionar mudanças e realizações que objetivem a transformação da própria realidade e de outrem (ESPINOSA, 2009).

Em sua pesquisa Sawaia (2009) afirma, ainda, a unanimidade dos participantes quanto à aspiração de direitos comuns a todas as outras pessoas: Viver com o mínimo de dignidade e respeito, não sendo necessária a dependência de terceiros. A pobreza causa um frequente estado de tensão e insegurança em quem a vivencia. Entretanto, por trás de tanto sofrimento, medo e humilhação, há também o extraordinário milagre humano da vontade de recomeçar.

FATORES BÁSICOS NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DA POBREZA

Considerando-se que a pobreza é gerada por uma combinação de fatores, o conhecimento e aprofundamento dessas dimensões tornam-se fundamentais para a aplicação de uma administração pública verdadeiramente interessada em promover o bem-estar da população (OTTONELLI *et al.*, 2011).

Quando amplamente analisada, verifica-se que a desigualdade educacional é um fator relevante nas discussões referentes à pobreza. O investimento na melhoria da educação fundamental, focando na linguagem oral e escrita de forma que os jovens desenvolvam boa comunicação, consigam se expressar de forma clara e estejam capacitados para o enfrentamento do mercado de trabalho, é uma estratégia pautável nesse possível processo de reorganização social (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Formas voltadas para a melhoria da infraestrutura e de serviços básicos de saúde, a conscientização da importância de uma higienização adequada, bem como programas de esclarecimento do controle de natalidade, são fatores igualmente indispensáveis na diminuição dos índices de pobreza multidimensional (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Na visão de Sen (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades das pessoas. A busca e expansão dessa liberdade adquire um papel constitutivo para o crescimento social e econômico da população. Ser livre, nesse caso, significa ter escolha e domínio sobre a própria vida, ter condições de evitar a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura; além de ter direito à alfabetização, ter participação política e liberdade de expressão. O acesso de todos os indivíduos a essa independência, é fator crucial para dar início ao processo de crescimento verdadeiro da economia de um país.

As diferentes formas de liberdade relacionam-se entre si fortalecendo umas às outras. Liberdades políticas ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas, como oportunidades de participação no comércio e na produção, podem ajudar a gerar renda individual, além de recursos públicos para os serviços sociais (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

A pobreza é resultado da ação do homem. Os pensamentos deste, suas interpretações e consequentes atos conduzem a construção da sociedade. A forma como a história vai sendo edificada ao longo do tempo, é influenciada pela maneira com que os próprios indivíduos reagem aos padrões de vida estabelecidos (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a pobreza, ao longo da história, assumiu várias faces e, atualmente, é percebida como a ausência de diversos fatores essenciais ao bem estar e à qualidade de vida. Associa-se a esse conceito a falta de voz e de autonomia que pode sujeitar o indivíduo à exploração, à falta de infraestrutura básica, à falta de recursos sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco.

A maneira como a sociedade é edificada, ou seja, seus valores, crenças e práticas, muitas vezes, não permitem ou não facilitam a inclusão de minorias desfavorecidas. A falta de independência do indivíduo acaba por dificultar a sensibilização das instituições públicas a respeito da precariedade que vivencia.

Quando se trata da economia brasileira, a desigualdade - que tem sido historicamente uma realidade estável - parece contribuir para um alto índice de pobreza. Muitos recursos acumulados nas mãos de poucas pessoas, juntamente com uma série de necessidades humanas negligenciadas, não permitem o real desenvolvimento do país.

Pesquisas apontam, ainda, que as diversas privações influenciam diretamente na relação do ser humano consigo mesmo e em suas experiências sociais. A ausência do poder de escolha e de reconhecimento é capaz de gerar uma grande instabilidade emocional. Esse sofrimento é um possível produto da falta de liberdade e de perspectivas relacionadas ao futuro.

Entende-se, com esse estudo, que o fator monetário em uma perspectiva multidimensional não é desconsiderado. Entretanto, é pautável presumir que a pobreza é fruto de uma natureza múltipla. Além da renda ou do desenvolvimento humano inadequado, em sua concepção, está presente a impossibilidade de ter direitos iguais e opções de escolha que garantam uma vida, além de digna, feliz. Esta visão da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de aplicação de políticas públicas, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais.

REFERÊNCIAS

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. IN: BALSÀ, C. M. (org). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, vol. 15, n. 42, fev. 2000.

BODEI, R. **Geometría de las pasiones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário (4. ed). Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz e GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE electron.**, v.1, n.2, pp. 02-12, 2002.

DINIZ, Marcelo Bentes e DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Econ. Apl.**, v..13, n.3, pp. 399-423, 2009.

ESPINOSA, B. **Tratado político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, pobreza e desigualdade na América Latina**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GRAZIA, Giuseppina Rosaria de. De trabalhador a pedinte. **Rev. katálysis.**, v.10, n.1, pp. 75-85, 2007.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. **Análise de pobreza com indicadores multidimensionais**: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. 2004. Trabalho apresentado ao 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, 2004.

OTTONELLI, Janaina; et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Rev. Adm. Pública**. 2011, vol.45, n.3, pp. 837-859.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL: Luta contra a pobreza 2000-2001. Washington, D.C.: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial.

RESENDE, Guilherme Mendes. O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró-pobre? Uma análise para o período 1991-2000. **Nova econ.** v.18, n.1, pp. 119-154, 2008.

RIBEIRO, C. R. O.; ZOBOLI, E. L. C. P. Pobreza, bioética e pesquisa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. spe, pp 843-849, 2007.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, v. 21, n.3, pp. 364-372, 2009.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2000.

TEIXEIRA, Gilmara Emília; RODRIGUES, Luciene; THEOPHILO, Carlos Renato. **Faces da pobreza**: um estudo para a cidade de Montes Claros. 2008. Trabalho apresentado ao 13º Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2008.

WILLIAMS, A. R. **O caráter multifacetado da pobreza:** a relação entre concepção e intervenção. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

WLODARSKI, R; CUNHA, L. A. **Desigualdade social e pobreza como consequência do desenvolvimento da sociedade.** In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa: UTFPR, 2005.